O Trabalho e o Emprego em um Contexto de uma “Crise de Crises” em Cuba: mais evidências para o fim imediato do embargo

Trabajo y Empleo en el Contexto de una “Crisis de Crisis” en Cuba: más evidencias para el fin inmediato del bloqueo

Work and Employment in a Context of a “Crisis of Crises” in Cuba: further evidence for the immediate end of the embargo

Frederico Peres

Resumo: O embargo estadunidense contra Cuba possui trajetória histórica de mais de seis décadas, tendo sido progressivamente ampliado por diferentes instrumentos legislativos e administrativos. Representa um obstáculo significativo para o desenvolvimento do país, impactando diretamente o acesso a insumos essenciais, tecnologias e dificultando transações internacionais, entre outras limitações. A Ordem Executiva 14.380, assinada pelo presidente dos Estados Unidos em 29 de janeiro de 2026, entre outras restrições, proibiu o envio de petróleo ao país que, a partir desta data, passou a sentir os efeitos do endurecimento do embargo em diversos setores — da Indústria à Saúde Pública —, inclusive no que diz respeito à garantia de condições básicas de trabalho e sobrevivência da população cubana. Cuba depende fortemente do petróleo importado para assegurar eletricidade, transporte, abastecimento de água, saneamento, produção e distribuição de alimentos e funcionamento de serviços essenciais, produzindo uma crise complexa e multifatorial, na qual se insere o binômio trabalho-emprego. As evidências aqui apresentadas permitem sustentar que o recrudescimento do embargo e, sobretudo, das restrições ao acesso a combustíveis estão contribuindo para o aprofundamento de uma crise humanitária em Cuba, afastando o país cada vez mais da meta de promoção do trabalho decente. As condições produzidas pelo recrudescimento do embargo sobre o mundo do trabalho atingem, simultaneamente, a produção, os serviços públicos, as dinâmicas sociais, a reprodução cotidiana da força de trabalho, a garantia da subsistência e dos direitos humanos. E fazem com que a discussão sobre a crise do trabalho e emprego em Cuba deixe de ser, exclusivamente, uma questão de política externa ou de comércio internacional, passando a ser, também, uma questão de justiça social e humanitária.

Palavras-chave: Trabalho Decente; Embargo; Cuba; Justiça Social; Emprego.

Resumen*: El bloqueo estadounidense contra Cuba tiene una trayectoria histórica de más de seis décadas, habiéndose expandido progresivamente mediante diversos instrumentos legislativos y administrativos. Representa un obstáculo significativo para el desarrollo del país, impactando directamente el acceso a insumos y tecnologías esenciales, y dificultando las transacciones internacionales, entre otras limitaciones. La Orden Ejecutiva 14380, firmada por el Presidente de los Estados Unidos el 29 de enero de 2026, prohibió, entre otras restricciones, el envío de petróleo al país, que, a partir de esa fecha, comenzó a sentir los efectos del endurecimiento del bloqueo en diversos sectores — desde la industria hasta la salud pública —, incluyendo la garantía de condiciones laborales básicas y la supervivencia de la población cubana. Cuba depende en gran medida del petróleo importado para garantizar la electricidad, el transporte, el suministro de*

agua, el saneamiento, la producción y distribución de alimentos, y el funcionamiento de los servicios esenciales, lo que genera una crisis compleja y multifactorial, en la que se incluye el binomio trabajo-empleo. La evidencia aquí presentada respalda el argumento de que la intensificación del bloqueo y, sobre todo, las restricciones al acceso al combustible, contribuyen a agravar la crisis humanitaria en Cuba, alejando cada vez más al país del objetivo de promover el trabajo decente. Las condiciones generadas por la intensificación del embargo al mundo del trabajo afectan simultáneamente la producción, los servicios públicos, la dinámica social, la reproducción diaria de la fuerza laboral, la garantía de subsistencia y los derechos humanos. Y provocan que el debate sobre la crisis del trabajo y el empleo en Cuba deje de ser exclusivamente una cuestión de política exterior o comercio internacional, para convertirse también en una cuestión de justicia social y humanitaria.

Palabras clave: *Trabajo decente; Bloqueo; Cuba; Justicia social; Empleo.*

Abstract: *For more than six decades the U.S. embargo against Cuba has been progressively expanded by legislative and administrative actions. It is a major hurdle for the country's development in terms of access to critical inputs and technologies, international transactions and other limits. On January 29, 2026, the President of the United States signed Executive Order 14.380 prohibiting, among other restrictions, the shipment of oil to the country. As of that date, the impact of the increase of the embargo in all sectors, from industry to public health began to be felt in Cuba, including the impact on the guarantee of basic working conditions and the survival of the Cuban population. Cuba's reliance on imported oil to sustain electricity, transportation, water supply, sanitation, food production and distribution, and the functioning of basic services has triggered a complex, multidimensional problem that includes the labor-employment relationship. The information presented here supports the conclusion that the escalation of the embargo and, most all, the limits on access to fuel, are increasing the humanitarian crisis in Cuba, driving the country further away from the goal of promoting decent work. The conditions created by the escalation of the embargo affect the world of labor, affecting concurrently production, public services, social dynamics, the daily reproduction of the workforce and the guarantee of sustenance and human rights. Therefore, the debate on the labor and job crises in Cuba is no longer only a subject of foreign policy or international trade, but also an issue of social and humanitarian justice.*

Keywords: *Cuba; Employment; Embargo; Decent Work; Social Justice.*

Introdução

A situação atual do trabalho e do emprego em Cuba precisa ser compreendida no contexto de distintas crises, econômica, energética e humanitária, que se aprofundaram significativamente entre 2025 e 2026, com o endurecimento do histórico e ilegal embargo econômico e político que, há mais de seis décadas, compromete o desenvolvimento social e a dignidade humana no país. Trata-se, portanto, de uma crise de natureza complexa, na qual se articulam fatores externos — particularmente o prolongamento e o recrudescimento das sanções econômicas, comerciais e financeiras impostas pelos Estados Unidos — e fatores internos, relacionados à arquitetura do modelo econômico cubano, às dificuldades de sustentar produtividade e investimento em um contexto geopolítico desfavorável, às incertezas relacionadas às reformas econômicas em curso, à inflação, à deterioração do poder aquisitivo e

às limitações institucionais para a garantia de um mercado de trabalho sustentado, sustentável e pautado pelos pilares do trabalho decente.

Parte-se da premissa, amplamente sustentada por evidências que serão, aqui, apresentadas, que o endurecimento das medidas de embargo e, particularmente, as restrições recentes ao acesso de Cuba a combustíveis fósseis (petróleo e gás, principalmente), contribuíram materialmente para ampliar os déficits de trabalho decente no país, embora não possam ser considerados a única causa das dificuldades existentes. O argumento é particularmente relevante, pois desvela que a crise energética não constitui apenas um problema de infraestrutura: em uma economia altamente dependente de combustíveis importados, a insuficiência de energia interrompe a produção, paralisa serviços, restringe a mobilidade, reduz a atividade empresarial, compromete a prestação de serviços públicos e deteriora as condições concretas nas quais o trabalho é realizado. Um contexto multifacetado que insere as questões relativas ao trabalho e emprego naquilo que chamaremos, doravante, de uma **"crise de crises"** — ou as interfaces entre as múltiplas crises que manifestam em um mesmo lugar e tempo, com profundas relações sinérgicas e amplificação de seus resultados ou consequências.

A própria arquitetura conceitual que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) usa para definir o que é trabalho decente, um dos pilares fundamentais de seu mandato, avança em relação à concepção de trabalho como atividade produtiva vinculada a um emprego (formal ou informal), articulando quatro dimensões inseparáveis: criação de emprego e oportunidades de renda, garantia de direitos no trabalho, proteção social e diálogo social, tendo a igualdade de gênero como dimensão transversal. Assim, um contexto que, simultaneamente, reduz a disponibilidade de empregos, deteriora salários reais, expande a informalidade, aumenta riscos ocupacionais, pressiona os sistemas de proteção social e fragiliza as condições de participação dos trabalhadores produz um déficit multidimensional de trabalho decente — e configura uma crise de crises.

O presente artigo busca compilar e analisar evidências sobre os impactos — atuais e futuros — do recrudescimento do embargo sobre o mundo do trabalho em Cuba. Para tanto, analisa dados disponíveis em fontes do governo cubano, organizações internacionais e organismos independentes, numa tentativa de reunir e sistematizar as esparsas evidências sobre a situação do trabalho e emprego no país, cada vez mais limitadas em função do próprio bloqueio (que vem limitando o acesso a repositório de informações do país) e das dificuldades de validação dos dados *in situ*.

Antecedentes da Crise de Crises

O embargo estadunidense contra Cuba possui trajetória histórica de mais de seis décadas, tendo sido progressivamente ampliado por diferentes instrumentos legislativos e administrativos, incluindo medidas com efeitos extraterritoriais, pelo atual governo do Presidente Donald Trump. Representa, portanto, um obstáculo significativo para o desenvolvimento do país, impactando diretamente o acesso a insumos essenciais, tecnologias e dificultando transações internacionais, questões especialmente importantes para os setores Trabalho, Saúde e Desenvolvimento Social, onde a construção de saberes e práticas em um contexto cada vez mais globalizado é uma ação estratégica para a superação dos grandes desafios sociais e sanitários da atualidade.

E apesar de todas as restrições impostas, Cuba vinha conseguindo manter indicadores de saúde bastante positivos como, por exemplo, a erradicação da sífilis congênita, resultado de programas e ações desenvolvidas no âmbito de um sistema público, universal e integrado de saúde, com forte investimento na formação de profissionais e que representa uma das mais consistentes experiências de internacionalismo solidário no campo da Saúde. Situação que ficou evidente durante a pandemia de covid-19, quando o país enviava, a diferentes nações, brigadas médicas para o enfrentamento da emergência sanitária, ao mesmo tempo em que necessitava desenvolver soluções próprias para o enfrentamento da pandemia, em seu próprio território, em meio à escassez de insumos, gesto concreto que reforça a ideia que a solidariedade pode prevalecer mesmo sob severas restrições.

Em fevereiro deste ano, semanas após a assinatura, pelo Presidente dos Estados Unidos, da Ordem Executiva 14.380, de 29 de janeiro que, entre outras restrições, proibiu o envio de petróleo ao país (sobretudo o petróleo venezuelano, sua principal fonte), Cuba começa a sentir os efeitos do endurecimento do embargo em diversos setores — da Indústria à Saúde Pública —, inclusive no que diz respeito ao uso deste combustível fóssil para a garantia de condições básicas de sobrevivência da população cubana.

Ao mesmo tempo, existem evidências recentes particularmente importantes de que o componente energético das restrições externas passou a funcionar como mecanismo de transmissão da crise para o conjunto da economia. Uma comunicação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, publicada em 2026, registra informações recebidas sobre os impactos negativos da ordem executiva norte-americana de 29 de janeiro de 2026, que teria imposto um bloqueio ao fornecimento de combustível a Cuba, afetando direitos relacionados ao desenvolvimento, alimentação, educação, saúde, água e saneamento.

O mecanismo é relativamente direto. Cuba depende fortemente de combustíveis importados para assegurar eletricidade, transporte, abastecimento de água, saneamento, produção e distribuição de alimentos e funcionamento de serviços essenciais. Segundo a comunicação do Alto Comissariado da ONU, a escassez de combustível estaria atravessando praticamente todos os setores da sociedade cubana — ou seja, o problema deixa de ser estritamente energético, ou uma variável exclusivamente macroeconômica, e converte-se em uma crise complexa e multifatorial, na qual se insere o binômio trabalho-emprego.

É importante, contudo, evitar a interpretação de que a crise do trabalho e emprego cubana teria começado com o recente bloqueio aos fornecedores de petróleo. Os indicadores disponíveis mostram uma deterioração anterior. A CEPAL, em publicação recente (2026) que traça um panorama da situação macroeconômica de Cuba, a partir de variáveis como produção, inflação, desemprego, atividade econômica, remunerações e emprego, evidencia que a crise energética de 2026 incidiu sobre uma economia que já apresentava fragilidades. Um indicador particularmente expressivo é a baixa participação no mercado de trabalho. Dados da *Encuesta Nacional de Ocupación* de 2024, divulgados pela *Oficina Nacional de Estadística e Información* (ONEI) em 2025, indicavam uma taxa de ocupação de 49,1% entre a população em idade produtiva/laboral, contra 58,9% para a América Latina e o Caribe segundo a OIT. Ou seja, mais da metade da população cubana em idade laboral não estava ocupada naquele ano. É importante ressaltar que esse indicador não equivale à taxa de desemprego: pessoas que não trabalham e tampouco procuram emprego são classificadas fora da força de trabalho.

Essa distinção é fundamental para compreender o aparente paradoxo que o país vive, onde a economia apresenta uma taxa relativamente baixa de desemprego aberto e, simultaneamente, possui uma crise profunda de emprego — sobretudo quando uma parcela expressiva da população abandona ou não ingressa no mercado de trabalho. No caso cubano, a baixa participação se deve a fatores como o envelhecimento populacional, a crescente emigração, a deterioração dos salários reais, a expansão de atividades informais e as dificuldades de funcionamento das empresas, sejam estas estatais e privadas.

Assim, é possível inserir a crise cubana do trabalho e do emprego em um contexto de múltiplas crises: econômica, política, energética, social e humanitária. O endurecimento das medidas do governo dos Estados Unidos com relação ao abastecimento de petróleo constitui um fator novo — e particularmente importante — dessa deterioração, cujos impactos devem ser analisados conjuntamente às vulnerabilidades estruturais preexistentes da economia cubana, a deterioração da infraestrutura elétrica, a baixa disponibilidade de divisas, a inflação crescente, a contração produtiva, a emigração e problemas acumulados de produtividade e remuneração. Evidências da crise cubana na atualidade levam a rejeitar explicações monocausais: a crise resulta da combinação de políticas econômicas internas e das sanções e restrições externas, cuja intensidade aumentou significativamente em 2026.

A Crise Energética e sua Translação para o Mundo do Trabalho em Cuba

O principal mecanismo pelo qual o endurecimento das sanções em 2026 repercute sobre o trabalho é o bloqueio ao fornecimento de petróleo à Cuba, país fortemente dependente deste combustível fóssil, quase em sua totalidade importado, utilizado largamente para geração elétrica, transporte, agricultura, indústria e prestação de serviços. Segundo a análise recente elaborada pelo Parlamento Inglês (*House of Commons*), aproximadamente três quartos das importações cubanas de petróleo provinham, antes da interrupção de 2026, da Venezuela e do México. A suspensão desses fluxos, associada às medidas norte-americanas que ameaçaram com tarifas países que fornecessem combustível a Cuba, produziu uma redução abrupta da disponibilidade energética.

O efeito econômico dessa restrição não se limita à falta de combustível nos postos. A escassez de petróleo transforma-se em uma espécie de choque transversal de oferta (efeito cascata), uma vez que praticamente todas as atividades econômicas dependem direta ou indiretamente de eletricidade e transporte, sendo o petróleo o principal combustível utilizado nesses setores. O efeito cascata se materializa com a seguinte relação: a interrupção da geração elétrica reduz o tempo efetivo de funcionamento das empresas; a falta de diesel restringe o transporte de trabalhadores, matérias-primas e mercadorias; a paralisação de máquinas reduz a produtividade; e a dificuldade de movimentar produtos compromete cadeias de abastecimento.

Segundo dados analisados pela organização não-governamental suíça ACAPS, a escassez de combustível passou a restringir a mobilidade de trabalhadores, consumidores e mercadorias, afetando tanto mercados formais quanto informais, reduzindo oportunidades de comércio e limitando o acesso das empresas a insumos. O documento mostra que já em abril de 2026 havia evidências de perda de postos de trabalho em atividades como turismo e transporte, setores especialmente sensíveis à disponibilidade de combustível e à mobilidade. A restrição energética também favoreceu a migração de trabalhadores para atividades alternativas de menor rendimento e maior instabilidade, como pequenas atividades agrícolas e coleta de resíduos. Em

outras palavras, a crise não se relaciona apenas com o desemprego aberto, mas também com a redução das horas trabalhadas, subutilização da força de trabalho, deslocamento de trabalhadores e expansão de atividades informais de trabalho como estratégias de sobrevivência.

Reportagem da *Inter Press Service en Cuba* descreve a deterioração do mercado de trabalho cubano no contexto da crise energética e do chamado "bloqueio petrolífero". Segundo a reportagem, estabelecimentos privados passaram a reduzir suas equipes porque os apagões impediram a operação regular de negócios. Um restaurante de Havana, por exemplo, teria sido obrigado a fechar depois que os cortes de eletricidade passaram a superar 15 horas diárias no início de 2026 e posteriormente ultrapassaram 20 horas, enquanto o custo da gasolina aumentava.

Um dos fatores mais evidenciados no contexto do agravamento da crise cubana, em 2026, é a transformação da escassez energética em redução do tempo efetivo de trabalho. A interrupção frequente do fornecimento de energia elétrica na ilha e a ausência de combustível não têm produzido a eliminação imediata e direta do vínculo empregatício, mas, sim, reduzido a capacidade de produção durante a jornada contratada. Evidências reunidas em documento do Parlamento Inglês mostram que a interrupção das importações de petróleo está associada, diretamente, aos apagões registrados em todo o país, ao racionamento extremo de combustível, a paralisações do transporte e à redução das semanas de trabalho, além de impactos que extrapolam o mundo do trabalho e os processos produtivos, como a redução do funcionamento de escolas e serviços, a perda de alimentos por impossibilidade de mantê-los refrigerados e, também, o comprometimento da saúde de milhares de cubanos que necessitam de cuidados médicos e intervenções afetadas pela crise energética.

Compreender este contexto mais amplo é particularmente relevante para uma análise do panorama do trabalho e emprego, uma vez que permite reconhecer que os impactos da crise não podem ser medidos exclusivamente por demissões ou pela taxa de desemprego. O próprio conceito de emprego, nesse contexto, precisa ser complementado por dimensões como horas efetivamente trabalhadas, estabilidade no emprego, produtividade, rendimento real, condições de trabalho e impactos (físicos e mentais) sobre a saúde do trabalhador. O cenário de "crise de crises" faz com que um trabalhador possa permanecer formalmente empregado, mas ter que trabalhar menos horas, receber o mesmo salário nominal (ou, em certos casos, ter redução salarial) em uma economia inflacionária, enfrentar dificuldades para chegar ao local de trabalho e, ainda, ter que conviver com interrupções frequentes da atividade produtiva. A deterioração do trabalho decente ocorre, portanto, também dentro do emprego formal.

O Human Rights Watch publicou recentemente uma reportagem onde descreve um cenário em que a irregularidade e a escassez no abastecimento de insumos básicos (como alimentos e combustíveis) e os consequentes impactos nos processos de produção passaram a alterar, profundamente, as jornadas de trabalho, comprometendo a saúde do trabalhador e limitando a possibilidade de promoção do trabalho decente. Um trabalhador de uma padaria subsidiada pelo Estado relatou, à reportagem, se submeter a jornadas de trabalho de até 24 horas ininterruptas, pela necessidade de adequar os processos de trabalho à chegada imprevisível de farinha, consequência direta das dificuldades logísticas produzidas pela escassez de combustível. Ou seja: a "crise de crises" é capaz de produzir, simultaneamente, redução da atividade, em alguns setores, e a intensificação da carga de trabalho em outros.

Baixa Remuneração, Inflação Alta, Deterioração do Trabalho e Emprego e a Consequente Emigração: implicações para além do mundo do trabalho

A crise do trabalho em Cuba é, também, uma crise do valor econômico e social do trabalho. Em reportagem recente, de 21 de setembro de 2026, a Agência Reuters informa que os preços ao consumidor em Cuba haviam aumentado mais de 25% entre janeiro e agosto, em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo dados oficiais da ONEI. Ao mesmo tempo, os salários permaneciam estagnados (em termos reais), enquanto o peso cubano havia perdido aproximadamente 90% de seu valor frente ao dólar no mercado informal desde 2021.

A deterioração do mercado de trabalho não se expressa, portanto, somente pela perda de empregos. Mesmo quando o vínculo ocupacional é preservado, a inflação reduz a capacidade do salário de garantir as condições de bem-estar e, em alguns casos, até de subsistência do trabalhador e de sua família. A consequência é uma crescente dissociação entre o emprego e a segurança econômica: ter um trabalho, neste contexto de "crise de crises" deixa de significar, necessariamente, possuir renda suficiente para adquirir alimentos, transporte, medicamentos e outros bens essenciais.

Nesse contexto, a expansão da economia informal assume particular importância. Mesmo que a informalidade siga funcionando como mecanismo de absorção de trabalhadores deslocados do setor formal, em um cenário de "crise de crises", passa a significar, também, uma estratégia para a garantia de condições mínimas de vida e bem-estar para trabalhadores com vínculos formais de trabalho que, ao sentirem a perda da capacidade de adquirir insumos básicos e essenciais, se submetem a condições de trabalho com menor proteção social, maior volatilidade da renda e maior exposição a riscos econômicos para complementar uma renda mínima de subsistência. O informe produzido pela ACAPS mostra que trabalhadores afetados pela crise, mesmo com a manutenção de seus vínculos empregatícios, passaram a depender mais de remessas vindas do exterior, demandar apoio a redes comunitárias e considerarem a migração como mecanismos de sobrevivência.

A situação é ainda mais complexa porque a crise energética, criada a partir do endurecimento recente do embargo, atua, simultaneamente, sobre oferta e demanda de trabalho. Pelo lado da oferta, trabalhadores podem abandonar empregos formais de baixa remuneração em busca de atividades informais mais rentáveis. Pelo lado da demanda, empresas reduzem contratação, limitam as horas de trabalho ou dispensam trabalhadores porque não conseguem operar nas condições a que foram impostas.

A "crise de crises" que atinge o mundo do trabalho em Cuba também precisa ser compreendida em termos territoriais, a partir da redução da mobilidade urbana e entre províncias. A escassez de combustível restringe a capacidade do trabalhador de chegar ao trabalho, especialmente em uma economia na qual o transporte coletivo desempenha papel central. Em matéria publicada em fevereiro de 2026, o portal UOL registrava uma redução substancial do transporte público e as restrições à venda de diesel e gasolina, associando tais condições a empregos ameaçados e a uma profunda alteração da vida cotidiana — social e econômica. Nos meses que se seguiram, com o aprofundamento da crise energética, os apagões e a crise de combustível ampliaram essas restrições. Em julho deste ano, matéria publicada pelo portal Euronews já registrava a associação dos colapsos da rede elétrica a limitações do transporte, redução das horas de trabalho e interrupções de serviços.

O resultado é uma espécie de círculo vicioso entre energia, mobilidade e emprego: menos combustível, transporte reduzido; menos transporte, menor capacidade de levar trabalhadores e insumos até os locais de trabalho e produção; menor disponibilidade de trabalhadores e insumos, menor produção; menor produção, menos receitas e capacidade limitada de efetuar pagamentos; e a redução da atividade econômica, por sua vez, diminuindo tanto as oportunidades de emprego quanto comprometendo a qualidade dos empregos ainda existentes.

Um fenômeno diretamente relacionado a este círculo vicioso é o aumento da emigração, que vem reduzindo, simultaneamente, a disponibilidade e a retenção de trabalhadores, particularmente os mais jovens e mais qualificados. Artigo publicado na The Lancet em agosto de 2026 registra uma perda migratória líquida superior a 245 mil pessoas em 2025, em uma população estimada em 9,4 milhões, observando que profissionais de saúde estavam entre aqueles que deixaram o país.

Pela perspectiva do trabalho e emprego, a emigração produz um outro aparente paradoxo: em um primeiro momento, reduz a pressão sobre um mercado de trabalho incapaz de oferecer empregos adequados; e, em um segundo, diminui o estoque de trabalhadores disponíveis e pode agravar a escassez de competências necessárias à recuperação econômica. Esse mecanismo é particularmente grave em uma sociedade que investiu historicamente na formação de capital humano, sobretudo no campo da Saúde. Pesquisadores e dirigentes da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), destacam, em artigo de opinião, precisamente a articulação histórica entre educação e trabalho em Cuba, chamando a atenção para os riscos intergeracionais do recrudescimento das restrições econômicas aqui descritas e analisadas.

A saída de trabalhadores qualificados significa, portanto, não apenas perda quantitativa de mão de obra, mas perda de capital humano acumulado, de um esforço formativo para o fortalecimento de capacidades no país que, pelo agravamento da “crise de crises”, se encontra altamente comprometido. No caso do setor Saúde, a perda é ainda maior pois além de servirem ao sistema de saúde cubano, os profissionais de saúde formam parte das brigadas internacionalistas que, nas últimas décadas, prestaram assistência à saúde de grupos da população de algumas dezenas de países, incluindo o Brasil.

Alguns veículos independentes de mídia que operam na ilha estimam que o êxodo de profissionais de saúde para o exterior passou de 75 mil, somente entre 2021 e 2024. E quando esse processo migratório ocorre, simultaneamente, à deterioração de salários e infraestrutura, reduz-se a capacidade do país de transformar os esforços formativos de décadas em produtividade, bem como limita a possibilidade de promoção do trabalho decente.

A Deterioração das Condições de Trabalho e os Distanciamento do Trabalho Decente

A “crise de crises” não afeta, apenas, a oferta de empregos e as condições de trabalho. Ela modifica por completo as condições concretas em que o trabalho é realizado, e se configura como um importante determinante social da saúde e do bem-estar dos trabalhadores e de suas famílias. E, para compreender essa afirmação, é importante olhar para o atual cenário do trabalho e emprego em Cuba, a partir de dados recolhidos em diversas fontes, que configuram um panorama desafiador para a garantia do trabalho decente no país.

Segundo a *Encuesta Nacional de Ocupación* de 2024, o setor estatal concentrava 68,5% dos aproximadamente 4,1 milhões de ocupados. Entretanto, o salário médio estatal, segundo o informe, era de aproximadamente US$11 mensais, reduzindo fortemente o poder de atração desses empregos diante das alternativas existentes no setor privado, formal ou informal, principalmente no que diz respeito ao turismo. Importante destacar que, segundo o informe, 831.063 pessoas eram classificadas como ocupadas informalmente, equivalentes a 20,1% dos ocupados.

Estes dados permitem uma análise inicial. Um mercado de trabalho pode apresentar uma taxa formal de desemprego relativamente baixa e, ainda assim, possuir um déficit importante de trabalho decente se parte expressiva da população for deslocada para atividades informais, instáveis ou insuficientemente remuneradas. A reportagem anteriormente citada da *Inter Press Service en Cuba* observa essa possibilidade ao destacar que pessoas sem emprego formal costumam recorrer à informalidade em busca de renda, embora isso implique perda de direitos e proteção social. E que, diante do contexto de "crise de crises" pelo qual o país passa, acabam disputando espaço na informalidade com trabalhadores ocupados, com vínculos formais, que necessitam complementar renda para a garantia de sua subsistência.

Considerando que um componente central do que se entende como trabalho decente é a possibilidade de que o trabalho produza renda suficiente para assegurar condições dignas de vida, a crise do trabalho em Cuba configura uma contradição particularmente dura, e não restrita ao país: um contexto onde os aumentos nominais de salários coexistem com a deterioração do poder aquisitivo. O *Panorama Laboral 2025*, produzido pela Cuba Sindical (entidade independente do setor Trabalho no país) registra que o salário médio mensal do setor estatal chegou a 6.649 pesos cubanos no primeiro semestre de 2025, aumento nominal de 16,4% em relação ao ano anterior. Entretanto, segundo a mesma fonte, esse crescimento não teria se convertido em recuperação real do poder aquisitivo diante da inflação e do encarecimento dos bens e serviços essenciais.

Segundo dados compilados por outra fonte, a *Inter Press Service en Cuba*, em julho de 2026, o Ministério do Trabalho e Segurança Social anunciou a elevação do salário mínimo nacional de 2.100 para 3.210 pesos mensais. Entretanto, a própria reportagem observa que, em um contexto no qual um litro de óleo vegetal custava aproximadamente três dólares, a elevação nominal do salário mínimo dificilmente poderia funcionar como incentivo suficiente à permanência dos trabalhadores no setor estatal.

Essa questão é essencial para compreender o significado do trabalho decente. A OIT não reduz o conceito à existência de um vínculo empregatício formal. Trabalho decente implica trabalho produtivo, direitos protegidos, remuneração adequada e proteção social. Portanto, quando a inflação e a desvalorização corroem sistematicamente o rendimento real, a simples manutenção de um posto formal não assegura, por si só, trabalho decente.

Outra interpretação sobre o significado de trabalho decente, adotada em edições anteriores dos Cadernos sobre Saúde e Trabalho, implica na garantia de condições saudáveis, seguras, sustentáveis e equitativas para a realização do trabalho. Condições que, em um contexto de "crise de crises", se vê bastante ameaçada, como indicam dados sobre segurança e saúde no trabalho disponibilizados pela ONEI e citados no informe *Panorama Laboral 2025*, produzido pela Cuba Sindical. Segundo a fonte, o país registrou, no primeiro semestre de 2025, 436 acidentes de trabalho, com 420 pessoas lesionadas e 15 mortes. A mesma fonte relata

carências de equipamentos de proteção individual em setores de risco e observa que os apagões prolongados, o aumento do trabalho noturno (forçado pela escassez de energia) e o uso de geradores improvisados aumentaram os riscos à saúde do trabalhador.

O comprometimento das condições de trabalho em Cuba também afeta a sustentabilidade dos serviços públicos. Salários insuficientes dificultam a retenção de trabalhadores qualificados em setores estratégicos, justamente quando a crise econômica aumenta a necessidade desses profissionais. O fenômeno é particularmente evidente nos setores de saúde e educação, mas possui implicações mais amplas para a capacidade produtiva nacional, inclusive no crescente setor privado.

O setor de Turismo é o exemplo mais contundente dos impactos da "crise de crises" sobre o mundo do trabalho cubano, no que se refere à economia privada. O diagnóstico de 2026 sobre o sistema turístico cubano sustenta que a energia, a água, o saneamento, os resíduos, as estradas, os aeroportos, as telecomunicações e o abastecimento de alimentos, que constituem infraestrutura crítica para a atividade turística, vêm sendo fortemente impactadas com o recrudescimento do embargo e suas consequências sobre a infraestrutura do país e a qualidade de vida e trabalho do povo cubano. O documento também enfatiza, ainda, que a dimensão do trabalho não deve ser tratada de forma isolada à organicidade do setor Turismo em Cuba, e que ambas são impactadas, tanto, por fatores externos — sobretudo o embargo que, há mais de seis décadas, limita o desenvolvimento econômico e social do país — e internos — como a deterioração dos serviços, a rigidez institucional, a fragilidade dos encadeamentos produtivos e a forte burocracia.

Nesse contexto, reconhecer a contribuição das recentes sanções e do histórico embargo como determinantes da "crise de crises" não significa negar a responsabilidade de fatores estruturais e decisões de política econômica internas. O agudizamento da crise energética, nesse contexto, deve ser entendido como um determinante social e político das condições de trabalho, com dimensões externas e internas.

Informalidade, Perda de Proteção Social e Iniquidades de Gênero

A expansão da informalidade em Cuba representa outro caminho pelo qual a "crise de crises" se materializa em déficit de trabalho decente. Se, por um lado, a informalidade funciona como mecanismo de sobrevivência em uma economia submetida a choques severos, por outro desloca a responsabilidade sobre os riscos econômicos e a garantia de proteção social do Estado e das empresas para os indivíduos.

Em Cuba, segundo os dados da *Encuesta Nacional de Ocupación* de 2024, apresentados e analisados pela *Inter Press Service en Cuba*, um em cada cinco cubanos ocupados, naquele ano, estavam na informalidade — o equivalente a mais de 800 mil pessoas sem quaisquer garantias de seguridade social e proteção trabalhista, em um universo de pouco mais de quatro milhões de trabalhadoras e trabalhadores. Questão que merece uma análise cuidadosa, sobretudo quando consideramos que a taxa cubana é inferior à média latino-americana de informalidade (citada na mesma fonte), de 47,6%. Isso não significa, contudo, que o fenômeno seja irrelevante. Em um contexto de rápida deterioração das condições econômicas, a expansão da informalidade pode representar uma mudança qualitativa do mercado de trabalho, sobretudo se ocorrer mediante migração de empregos formais para ocupações sem proteção.

O fenômeno é particularmente importante porque a crise cubana combina informalização com baixa remuneração, sobretudo no setor estatal. O trabalhador passa a enfrentar um dilema entre um emprego formal com baixo poder aquisitivo e uma atividade informal potencialmente mais rentável, mas sem o mesmo nível de proteção. Uma escolha com forte viés de gênero.

As mulheres encontram-se particularmente expostas aos impactos da "crise de crises" uma vez que sua participação no trabalho remunerado é indissociável de uma carga desproporcional de trabalho doméstico e de cuidados. Um estudo sobre a participação de mulheres no mercado de trabalho cubano, realizado pelo *Cuba Capacity Building Project*, da Universidade de Columbia, mostra que, embora as mulheres sejam maioria entre os graduados universitários, continuam abaixo dos homens em termos de salário médio, participação no emprego e inserção no setor privado. A mesma análise, baseada na *Encuesta Nacional de Ocupación* de 202, mostra que as mulheres representavam 63,5% da população fora da força de trabalho e que, entre as pessoas fora do mercado de trabalho dedicadas aos afazeres domésticos, apenas 0,6% eram homens.

Estes dados desvelam uma relação direta entre o agravamento da "crise de crise" (sobretudo a partir do recrudescimento da crise energética) e o déficit de trabalho decente entre as mulheres. Quando faltam eletricidade, água, transporte e serviços de cuidado, aumenta o tempo necessário para realizar atividades domésticas e de cuidado, responsabilidades que são desproporcionalmente assumidas por mulheres. E as consequências são duplamente sentidas: por um lado, aumenta a carga de trabalho não remunerado; por outro, diminui a disponibilidade para o emprego formal. A crise do trabalho em Cuba tem, portanto, forte viés de gênero.

Conclusões

Os dados aqui apresentados, recolhidos em fontes diversas e de forma o mais abrangente possível (considerando as restrições de acesso a informações), mostram que a crise do trabalho e emprego em Cuba não se restringe ao mundo do trabalho. Trata-se de um conjunto de crises — ou "crise de crises" — que, em um mesmo momento e espaço, atuam de forma sinérgica, agravando seus impactos sobre a saúde de trabalhadoras e trabalhadores, e cujos efeitos são sentidos, de forma desproporcional, pelos grupos mais vulnerabilizados da população.

Reconhecer e buscar compreender a dimensão humanitária da "crise de crises" é fundamental para posicionar o problema como um fenômeno cujos impactos e consequências vão para além do mundo do trabalho. O endurecimento das restrições externas, sobretudo o recrudescimento do embargo, resultando em um bloqueio ao fornecimento de petróleo à Cuba, atua como fator que amplifica vulnerabilidades preexistentes e transforma problemas socioeconômicos históricos em déficits de trabalho decente.

O combustível extraído do petróleo é um insumo central, transversal e indispensável para a economia e o funcionamento da sociedade cubana. Sem petróleo, não há energia, já que esta é a principal fonte energética do país; sem energia, empresas não produzem, serviços não funcionam; sem energia, não há transporte; sem transporte, trabalhadores não conseguem chegar ao emprego e a população não consegue se deslocar no território; sem energia, não há bombeamento e, portanto, não há água disponível; sem água e saneamento, aumentam os riscos sanitários; sem energia e sem água, compromete-se toda a infraestrutura hospitalar e as cadeias de cuidado à saúde, aumentando a carga sobre os trabalhadores da saúde e suas

famílias; sem os devidos cuidados à saúde, compromete-se as condições básicas de vida, incluindo o trabalho; com o trabalho comprometido, compromete-se a atividade econômica, diminuem as oportunidades de emprego e os recursos para financiar políticas sociais. E assim poderíamos seguir... É nesse sentido que a crise energética precisa ser compreendida de forma indissociada da crise do trabalho e de outras tantas, que debilitam o país, castigam seu povo e comprometem qualquer possibilidade de desenvolvimento social sustentável e equitativo.

As evidências aqui apresentadas permitem sustentar que o recrudescimento do embargo e, sobretudo, das restrições ao acesso a combustíveis estão contribuindo para o aprofundamento de uma crise humanitária em Cuba, afastando o país cada vez mais da meta de promoção do trabalho decente. E mesmo que o embargo não se configure como determinante único da "crise de crises" pela qual o país passa, as condições que atingem, simultaneamente, a produção, os serviços públicos, as dinâmicas sociais, a reprodução cotidiana da força de trabalho, a garantia da subsistência e dos direitos humanos, a discussão sobre a crise do trabalho e emprego em Cuba deixa de ser, exclusivamente, uma questão de política externa ou de comércio internacional e passa a ser, também, uma questão de justiça social.